



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 158 - Setembro 2010

TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: Dia Internacional Contra as Monoculturas de Árvores

O exército sigiloso de monoculturas de árvores prossegue sua marcha esmagadora sobre os territórios dos países do Sul. Com sua passagem vão esgotando a água, empobrecendo o solo, expulsando comunidades, destruindo a flora e a fauna. Da mesma forma que em anos anteriores, este novo 21 de setembro, Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores, nos congrega mais uma vez para a denúncia, a ação, a solidariedade e a construção da resistência a fim de enfrentarmos o verde exército invasor.

NOSSA OPINIÃO

- [Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores](#)

MONOCULTURAS DE ÁRVORES NO SUL

- [As monoculturas de árvores na América Latina- como, para quê, para quem](#)
- [O saqueio da África continua: plantações de monoculturas de árvores](#)
- [Monoculturas em andamento no Sueste da Ásia](#)

NOSSA OPINIÃO

DIA INTERNACIONAL CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

Como em anos anteriores, neste dia 21 de setembro é comemorado no mundo inteiro o Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores. Destinado a fortalecer a luta contra o avanço dos "desertos verdes" de árvores, a jornada visa denunciar os impactos deste modelo sobre as vidas de milhões de pessoas por ele afetadas.

A árvore escolhida para tais monoculturas varia conforme o objetivo das empresas que as promovem e plantam. É assim que os pinheiros e eucaliptos visam providenciar matéria-prima para a indústria da celulose; a teca, o pinheiro e a gmelina para a indústria da madeira; o dendezeiro para a indústria do agrocombustível; a seringueira para a indústria automobilística; várias espécies (particularmente de eucaliptos e pinheiros) para o negócio do mercado de carbono.

Os impactos sociais e ambientais das monoculturas de árvores são muitos e extremamente sérios sobre solos, água, flora e fauna, mas o impacto mais grave é o decorrente da ocupação dos territórios de povos indígenas, tradicionais ou camponeses, que os priva dos meios de vida que até então obtinham em seus territórios ancestrais.

A ocupação territorial por parte dessas empresas tem muitas semelhanças com a de uma invasão militar. Da mesma forma que nas invasões convencionais, não são os empresários nem os governantes dos países responsáveis pela invasão que o fazem pessoalmente. A invasão é iniciada com a chegada de emissários empresariais, que prometem paz, empregos, riqueza e desenvolvimento. Posteriormente chegam os funcionários de governo anunciando que foi assinado um acordo com a empresa, que irá beneficiar enormemente a população local, e convocando para colaborar com ela.

Cumprida essa fase, começa a invasão propriamente dita, sendo o primeiro passo a destruição da flora local por meio do uso de maquinaria e da aplicação de agrotóxicos. Finalmente, chega o exército invasor, representado por intermináveis colunas de árvores plantadas em fileiras que avançam inexoravelmente sobre o território local.

Tal invasão pode deparar-se (ou não) com resistência no momento inicial, mas com certeza ela é gerada com o decorrer do tempo, quando as promessas se evidenciam como mentiras e os impactos tomam a resistência quase inevitável.

Tanto se a resistência for anterior ou posterior à invasão, quando começa a se manifestar, os invasores passam à fase da divisão das comunidades e, se isso não for efetivo, à repressão, seja em forma direta através de seus próprios guardiões seja recorrendo ao apoio do aparelho repressivo do Estado (polícia, tribunais, exército), que acode com prontidão em socorro de seu aliado.

Em grande parte dos casos, o resultado final é a violação de um amplíssimo conjunto de direitos humanos, que nos casos mais graves chega ao encarceramento, à tortura e inclusive ao assassinato.

Em suma, o estabelecimento dessas grandes monoculturas de árvores constitui uma guerra contra os povos e a natureza. O grande exército verde invade, destrói e reprime as populações locais, cujo único "crime" consiste em defender o que lhes pertence diante do invasor.

É por isso que neste dia 21 de setembro queremos homenagear os povos que lutam pela defesa de seus territórios, e fazer um apelo a redobrar esforços para apoiá-los na justa defesa de seus direitos.

início

MONOCULTURAS DE ÁRVORES NO SUL

AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES NA AMÉRICA LATINA- COMO, PARA QUÊ,

PARA QUEM

Os territórios que hoje conformam a América Latina costumam revestir duas características diante dos olhos das grandes empresas e conglomerados comerciais: abrangem grandes superfícies, e são fonte de cobiçadas mercadorias: madeira, dendê, culturas comerciais, carne, lã, matéria-prima para agrocombustíveis, recursos genéticos, terra, água. São um ímã para o grande capital.

As vastas extensões de ricos ecossistemas biodiversos- selva, monte, floresta, pampa, serra, planalto, savana- têm sido a base territorial na qual proliferaram as diversas formas culturais e produtivas das comunidades da região. E o que os grandes comerciantes vêem como mercadorias têm sido os elementos constitutivos da milenar tradição agrária de muitos povos, cujos vestígios testemunham o nível que atingiram seus avançados conhecimentos.

Hoje, como há mais de 500 anos, o colonialismo continua em vigor, com outras formas, com outros nomes. Os navios que ontem partiam dos portos latino-americanos com a prata, o ouro, o cacau, a borracha, hoje são enormes cargueiros que levam embora nossa água e nosso solo nas toras, as lascas, a celulose, o óleo de dendê. Levam embora também, de forma sofisticada, nossa atmosfera para ser vendida no mercado de carbono. Levam embora, em definitivo, a preço de mercado, o futuro das próximas gerações.

O modelo atual de globalização dos mercados baseia-se em uma estrutura de subordinação- dos países do Sul em relação aos do Norte, dos grupos que vendem sua força de trabalho em relação aos donos do capital, das minorias étnicas em relação às hegemônicas, do sexo feminino em relação ao masculino. Tal subordinação tem sido funcional para a formação de um capital excedente nos grupos dominantes, à custa de inúmeras desigualdades intrínsecas e penúrias para os grupos subordinados.

É no contexto da expansão desse capital acumulado que a globalização é configurada como uma plataforma ideal para a apropriação e a mercantilização crescente da natureza por parte de grupos empresariais cada vez mais concentrados. As formas produtivas assumem escalas cada vez maiores, cada vez mais uniformes, para mercados cada vez maiores e convenientemente uniformizados. O consumo torna-se o alicerce e o motor da economia, e as políticas sociais muitas vezes servem para introduzir as melhoras necessárias que permitam manter o sistema e inclusive somar mais consumidores aos mercados.

Como parte dessa expansão, as monoculturas em grande escala de árvores exóticas desembarcam no continente na década de 1950, em um processo de ocupação e apropriação da terra e da água e à custa dos ecossistemas e comunidades locais. Não se trata de um projeto isolado senão que está inserido no modelo da “Revolução Verde” promovida pela FAO, que consolida a industrialização da agricultura. Somam-se posteriormente o Banco Mundial, o FMI, o BID, processos de Nações Unidas sobre florestas (IPF, IFF, UNFF), agências bilaterais como a GTZ e JICA, empresas consultoras como a Jaakko Poyry. Através de mecanismos de empréstimo, subsídio, extensão, capacitação, propaganda,

esses atores conseguem instalar seus argumentos em âmbitos científicos e acadêmicos e incidir nas políticas de Estado de vários países que, aplicando modelos bastante similares, promoveram na América Latina as plantações florestais voltadas para a exportação.

Conforme a FAO, entre 2000 e 2005, a superfície de plantações florestais cresceu uns 2,8 milhões de hectares anuais (1) e os dados de 2009 apontam que na América Latina e o Caribe há 12,5 milhões de hectares de monoculturas florestais-categoria que não inclui o dendezeiro. Para 2020 planeja-se um aumento que levaria as plantações florestais a 17,3 milhões de hectares.

É assim que a região se posiciona como “líder em plantações florestais de alta produtividade” destacando especialmente a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai, com 78% das plantações desse tipo. As plantações altamente produtivas fazem referência aqui em especial às variedades que foram selecionadas de forma a obter um rápido crescimento, entre as quais predominam eucaliptos (65% das plantações do Brasil, 80% das do Uruguai) e pinheiros (49% das áreas de plantações da Argentina, 78% das do Chile). Além do papel dominante desses países, em quase toda a região existem também vastas superfícies de plantações florestais.

Madeira para celulose

Até hoje a maior parte das plantações de variedades de eucaliptos e pinheiros de rápido crescimento tem como destino a produção de celulose para papel, uma atividade industrial altamente poluente e exigente quanto à água e à energia (este setor é o 5º consumidor industrial mundial de energia). Obviamente ninguém pode negar as vantagens que trouxe à humanidade a fabricação industrial do papel, que em meados de 1800 permitiu seu barateamento e a divulgação da leitura e a escritura. Mas atualmente, a produção de papel ultrapassou em muito seu uso associado ao acesso à educação, e mesmo assim, esse simbolismo é usado com enorme força para intensificar a necessidade de produzir mais e mais papel. Contudo, em termos de usos de papel, a embalagem ultrapassa de longe os usos vinculados à educação, à informação e às comunicações, e a ela somam-se outros tantos artigos e produtos próprios da era do consumo descartável.

Isso prova a falsidade da premissa de que quanto maior o consumo de papel, maior o nível de educação. Basta comparar o indicador de consumo de papel e papelão com os indicadores de escolaridade. Disso resulta que, por exemplo, Cuba, com um consumo bem menor de papel do que os Estados Unidos, a Finlândia ou o Chile, registra, no entanto, taxas de acesso à educação terciária que estão acima do Chile e dos Estados Unidos (2).

Consumo de papel e papelão por pessoa ao ano (2005)

Europa: 132,39 kg. (Finlândia 324,97 kg)

Estados Unidos: 297,05 kg

América do Sul, América Central e o Caribe: 84,85 kg (Chile 64,57 kg; Cuba 8,63 kg)

Índice de educação: taxa bruta de matrícula em nível terciário (2006)

Finlândia 93%

Estados Unidos 82%

Chile: 48%

Cuba: 88%

Afinal, as desigualdades do consumo coincidem com as desigualdades intrínsecas do atual modelo dominado pelos interesses empresariais. Mas em todo caso assinalam que esse consumo desmedido é desnecessário aos efeitos das necessidades do desenvolvimento humano.

Por outro lado, no ponto de início da cadeia florestal celulósica, as monoculturas florestais chegaram e continuam chegando aos territórios latino-americanos sob o argumento de “contribuir para o desenvolvimento”. No entanto, em um caso emblemático como o chileno, em que o reflorestamento foi e continua sendo promovido fortemente desde o Estado e em detrimento da floresta nativa, um artigo da organização CODEFF (3) aponta que os recenseamentos de população provam que “as comunas com maior superfície coberta por plantações são as que deslocaram maior proporção de camponeses para as áreas urbanas, gerando importantes níveis de pobreza.”

O desmatamento indiscriminado de espécies nativas para plantar espécies exóticas como o eucalipto não apenas levou à destruição de espécies animais e vegetais endêmicas da região, mas também provocou alterações no sistema hídrico. Assim foi assinalado por Bernardo Zentilli, presidente da CODEFF, que afirma que a modificação do equilíbrio aquífero tem gerado grandes crescidas no inverno e esteiros secos no verão, diminuindo assim a terra cultivável.

Por sua vez, o mesmo artigo cita a Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa (AIFBN), que denuncia que: “entre 1978 e 1987 uns 50 mil hectares de floresta nativa desapareceram em duas das principais regiões florestais do país (VII e VIII), bem como também quase a terceira parte das florestas do litoral da VIII região que foram substituídas por plantações de pinheiros. A atualização do Registro de Recursos Vegetacionais Nativos na Região de Los Rios indica que na última década mais de 20.000 hectares de Floresta Nativa foram substituídos por plantações florestais exóticas.”

O fruto da discórdia- o dendezeiro

O dendezeiro provém da África e foi largamente usado para obter óleo. Ultimamente sua produção foi destinada a usos industriais e mais recentemente expandiu-se de forma explosiva e promovida diante da crise climática como uma alternativa supostamente “ecológica” para continuar alimentando o atual modelo de produção e consumo insustentável que está na raiz do problema e, no entanto, permanece sem ser questionado.

Na América Latina, a cultura extensiva adota o modelo de grandes extensões de monocultura com deslocamento forçado das populações autóctones, combinado com casos em que os camponeses põem o trabalho e em muitos casos a terra. Por outro lado, as novas plantações de dendezeiro costumam ser implantadas em

áreas de floresta úmida tropical, as quais são arrasadas, drenadas, fertilizadas, plantadas e após borrifadas permanentemente com potentes herbicidas que, junto aos fertilizantes químicos, passam ao solo contaminando as fontes de água. Este manejo impede que outros cultivos possam ser plantados, lesionando assim a soberania alimentar das comunidades locais. Por sua vez, para maximizar a quantidade de óleo por fruto ou por planta, a terra é privada da água por meio de canais de drenagem que dessecam lagoas, cursos d'água e qualquer tipo de zona úmida próxima às culturas, afetando a flora e a fauna. (4)

A cultura do dendezeiro cresce aceleradamente em outras regiões tropicais propícias da região. No México, as plantações entram a ferro e fogo na Selva Lacandona; no Peru, os habitantes da Amazônia clamam que A selva não se vende! A selva se defende!, e se enfrentam ao grupo dendeicultor Romero; na Guatemala, o dendezeiro se espalha em um contexto de despejos e compras forçadas de terras a comunidades empobrecidas que devem emigrar a outros lugares; em Honduras, camponeses e integrantes do Movimento Unificado Camponês do Aguán (MUCA) foram brutalmente reprimidos por tropas do exército e a polícia em apoio ao terra-tenente e dendeicultor Miguel Facussé Barjum, conhecido como “o palmeiro da morte”; na Nicarágua, as plantações de dendezeiros são o novo negócio da United Brands, outrora United Fruit, um nome ligado a um longo histórico de manipulação política e social; na Costa Rica o dendezeiro foi consolidado.

Um dos casos emblemáticos na produção de dendezeiro é a Colômbia, com mais de 360.000 hectares de monoculturas de dendezeiro e o anúncio do ex-presidente Uribe de atingir os 6 milhões de hectares. Sua produção, financiada principalmente pelo Banco Mundial, foi baseada no despojo de terras coletivas de comunidades locais. Assassinatos, destruição de moradias e utensílios, deslocamento maciço, bloqueios econômicos, fustigações contínuas, ameaças, maus-tratos continuados por parte do exército nacional e de paramilitares ao serviço das empresas são o sustento desse progresso, como o denuncia a Comissão Intereclesial de Justiça e Paz. No caso do Bajo Atrato, a expansão do dendezeiro foi alicerçada no despojo de 15 casarios no Curvaradó de mais de 25 mil hectares e no Cacarica de 20 mil hectares e 4 casarios, que foram intitulados coletivamente por governos anteriores. (5)

Os trabalhadores das plantações de dendezeiro trabalham em condições de escravidão. A vigilância por parte de homens armados durante as jornadas de trabalho e o pagamento em vales para trocar por comida nas lojas dos empresários, sem que o trabalhador receba o salário em dinheiro e disponha dele livremente, são o lado oculto da suposta “energia limpa” que ofereceria o agrocombustível obtido do dendezeiro.

A Indupalma é uma das empresas dendeicultoras líder no setor colombiano. Uma das estratégias que usou para sua expansão, seguindo o modelo da Malásia, foi a criação de alianças com os camponeses para a produção em culturas em pequenas propriedades, mas sempre ligadas ao grande capital. Quando em 1995, a Indupalma propôs ao sindicato Sintraindupalma a formação de alianças, o sindicato se recusou. Os paramilitares assassinaram 4 de seus dirigentes e fizeram sumir outro. (6)

Cosméticos para maquiar as plantações

Diante das fortes críticas que tem recebido a expansão das monoculturas de dendezeiro no mundo todo devido a seus graves impactos ambientais e sócio-econômicos e à violação dos direitos humanos, o setor reagiu buscando maquiar sua imagem de “verde”. Surgiu assim a chamada Mesa Redonda para a Produção Sustentável de Óleo de Dendê (RSPO, por sua sigla em inglês), dirigida principalmente aos consumidores europeus e norte-americanos.

Nesse mesmo sentido foi promovido na Colômbia o programa do “dendezeiro camponês”, que visa envolver a cultura do dendezeiro dentro do sistema produtivo agro-alimentar. A organização colombiana Grupo Semillas questiona sua sustentabilidade no longo prazo, porque “não só deve ser avaliado se a cultura é viável e rentável para o agricultor, mas também quem controlará afinal todo o processo”. (7)

No Chocó Biogeográfico as organizações afro-colombianas e indígenas, em uma reunião convocada pela organização conservacionista WWF para promover o “dendezeiro sustentável”, apresentaram sua rejeição a envolver-se não apenas no modelo produtivo industrial do dendezeiro como também na iniciativa do “dendezeiro sustentável”, por seus graves impactos que implicam a lesão de seus direitos, em especial seus direitos ancestrais ao território, a perda de autonomia e de suas práticas tradicionais de produção, o menosprezo de sua cultura e das expressões de diversidade. (8)

Por sua vez, as plantações de eucaliptos também têm um cosmético em seu benefício. O FSC é o principal sistema de certificação que outorgou seu selo para validar plantações florestais em grande escala- 8 milhões de hectares em aproximadamente 8 países. No Estado da Bahia, Brasil, a empresa florestal Veracel (com verbas da sueco-finlandesa Stora Enso e a brasileira Aracruz Celulose) tem mais de 100.000 hectares de plantações de eucaliptos. A Veracel despojou de suas terras à maioria dos indígenas das comunidades Pataxó e Tupinambá, usa grandes quantidades do formicida Sulfluramida proibido pelo FSC, e foi multada por plantar nas proximidades de parques nacionais. Mesmo assim, obteve o selo FSC.

Todas essas tentativas visam dar ao negócio uma aparência boa. Mas o maior erro é tentar mostrar como sustentável algo que é inerentemente insustentável: um produto obtido de monoculturas em grande escala de árvores em sua maioria exóticas, que geram graves impactos sobre a água, o solo, a fauna e a flora silvestres, as florestas, os meios de vida e a saúde humana, e provocam o deslocamento de pessoas e a violação dos direitos humanos.

A criminalização do protesto social

Em muitos países latino-americanos, os movimentos ou processos populares que lutam contra a perda de seus territórios, a água, a floresta, e seus meios de vida pelo avanço das plantações, sejam eucaliptos, pinheiros, dendezeiros, seringueiras, etc., devem enfrentar o que foi chamado de “criminalização” da resistência. Trata-se de uma estratégia dirigida a qualificar os atos de resistência como crimes, levando um conflito intrinsecamente social à esfera judicial e penal. As empresas, no caso, florestais ou dendeicultoras, contam com o poder punitivo

do Estado para neutralizar o protesto.

Respeitados e reconhecidos líderes sociais, pessoas que defendem legitimamente sua identidade, formas de vida e formas de produção, acabam sendo perseguidos, encarcerados, levados a juízo e até assassinados. Combina-se a repressão com o uso formal da legalidade para penalizar os atores sociais que se opõem a políticas e modelos produtivos que, em prol do lucro, em definitivo conspiram contra a própria sobrevivência do planeta.

No Chile, as prisões albergam dezenas de presos políticos mapuche que defendem seu território contra o avanço das monoculturas de eucaliptos e pinheiros. A maioria acaba sendo julgada pela legislação antiterrorista que subsiste desde a época do tirano Pinochet. Apesar disso, a resistência prossegue na prisão, com greves de fome e jejuns, enquanto a repressão estende-se aos familiares. Na Colômbia, na região do Chocó, os afro-colombianos e organizações de direitos humanos, como neste momento Justiça e Paz, enfrentam as ameaças e a violência militar e paramilitar por causa da implementação do agronegócio do dendezeiro e a extensão pecuária. Em Honduras, a luta social dos camponeses de Bajo Aguán, em defesa de seus direitos sobre as terras que lhes foram roubadas para a produção extensiva de dendezeiro, deixou um trágico saldo de inúmeros feridos e mortes que se soma à escalada repressiva que vivencia o país desde o golpe de Estado de junho de 2009.

A dimensão de gênero

A expansão das monoculturas de árvores tem, como os outros mega-projetos anti-sociais, uma dimensão especial de gênero quanto a seus impactos. Como ilustrado por uma declaração de mulheres sobre os impactos da expansão das monoculturas de árvores exóticas sobre a pradaria, proferida em 2009 e questionando o Congresso Florestal Mundial celebrado na Argentina, as plantações de eucalipto geraram “situações de medo, de violência e de assédio sexual. Muitas mulheres relatam que têm medo de andar sozinhas nas proximidades das plantações devido à presença de pessoas alheias à comunidade. Isso faz que o direito das mulheres a ir e vir esteja cerceado, favorecendo mudanças de hábitos e costumes. Além disso, muitas delas vivenciaram situações de assédio sexual por parte desses trabalhadores. Isso, sem dúvida, significou um retrocesso na independência e autonomia das trabalhadoras, contribuindo com um maior desempoderamento feminino”.

A declaração faz referência a outros impactos acelerados que podem incidir na desestruturação do tecido social e familiar e incitar a situações como a prostituição, a proliferação de doenças de transmissão sexual, o consumo de drogas, as mudanças nos hábitos alimentares, “como geralmente acontece em diversos lugares depois da chegada de empreendimentos desse porte. Infelizmente, esses impactos não são contabilizados nem estudados pelas entidades públicas”.

As mulheres concluem dizendo que, “resistiremos e continuaremos em luta enquanto for preciso, não apenas contra o avanço das monoculturas de árvores exóticas e dos mega-projetos das empresas de celulose e papel, como também contra os processos de mercantilização da vida dos seres e de

desempoderamento das mulheres. Nós, as mulheres, temos o potencial de fazer que ‘o novo aconteça’ e isso estamos fazendo”. (9)

No Brasil, a cada 8 de março, Dia Internacional da Mulher, as mulheres camponesas, indígenas, negras, do Movimento Sem Terra e da Via Campesina, transformam-se em estandarte de luta contra o avanço dos eucaliptos de empresas de celulose como a Stora Enso, Votorantim/ Fíbria, Suzano, Veracel. As mulheres denunciam a fome que trazem esses exércitos clonados com forma de eucaliptos, que se apropriam das terras dos povos indígenas, as comunidades locais, as famílias camponesas, e que os despojam de seus saberes, de sua capacidade de produzir e consumir alimentos saudáveis na quantidade necessária e de acordo com sua cultura. Sua luta é contra o agronegócio e em prol da soberania alimentar.

Mas isso não impede que elas denunciem que a essa opressão se somam as diferenças de gênero, a situação de desigualdade da mulher que faz com que ela carregue quase exclusivamente com a responsabilidade dos filhos, que marca diferenças de retribuição diante dos homens pelo mesmo trabalho, que muitas vezes faz que sejam alvo do assédio sexual e que lamentavelmente em muitas ocasiões se tornam vítimas da violência física inclusive por homens da própria família.

O negócio da mudança climática

Nada escapa ao afã mercantilista. A crise climática tornou-se outro negócio em que as falsas soluções promovidas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o mesmo Protocolo de Kyoto servem de plataforma para a expansão das monoculturas de árvores. Através dos sumidouros de carbono- parte dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo- o do sistema REDD+ (Redução de Emissões pelo Desmatamento e a Degradação)- dentro do qual as plantações de árvores em grande escala poderiam ser concebidas como uma forma de “incrementar as reservas de carbono florestal” e assim receber financiamento- as empresas encontram novos “mercados” e o reflorestamento some disfarçado muitas vezes de floresta, para apostar fortemente no mercado de carbono.

Na Colômbia, o Convênio Quadro de Concertação para uma Produção mais Limpa, de 1995, habilitou as empresas dendeicultoras a participar no negócio mundial dos sumidouros de carbono criado no contexto do Protocolo de Kyoto. Os incentivos e benefícios tributários outorgados pelo governo para o desenvolvimento de tecnologias que permitam capturar gás metano do ambiente permitiriam que os empresários obtivessem um lucro adicional em um novo filão de mercado- o do carbono (10).

Também o Equador promove a plantação de 1 milhão de hectares de monoculturas florestais para a venda de certificados de redução de emissões (CER) no mercado mundial de carbono, através do Plano Nacional de reflorestamento do programa Proforestal.

O negócio do reflorestamento serve a outras empresas fora do setor: a empresa Nestlé Waters Francia quer compensar através de projetos de reflorestamento o equivalente a sua emissão anual de carbono na produção de água mineral Vittel na

França e Bélgica. Para isso financiará a plantação de 350.000 árvores na Amazônia boliviana e outro projeto de plantações na selva do Peru, com a idéia de renovar o mesmo número de árvores todos os anos. (11)

No Brasil, a empresa siderúrgica e florestal Plantar S.A. Reflorestamentos tem plantações em grande escala de eucaliptos no Estado de Minas Gerais. Apesar de essas árvores serem usadas para seu negócio de fabricação de ferro gusa, de ter se apropriado de terras afetando a água e o solo bem como o rico bioma nativo do Cerrado, e de se tratar de uma indústria altamente poluente, a empresa tentou reiteradamente receber financiamento do MDL para financiar suas plantações de eucaliptos. Alega que essa energia seria menos contaminante do que o uso de carvão. No entanto, trata-se de um artilho comercial para ganhar de todo jeito, já que a empresa nunca usou carvão.

Rumo a outro modelo

O modelo em grande escala de plantações de monoculturas de árvores é incompatível com a natural manifestação diversa da vida. É artificial, é destrutivo, é contaminante.

Os povos dos países da América Latina souberam tecer redes sociais para denunciar os impactos das monoculturas de árvores. Tal é o caso da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA), uma rede descentralizada de organizações latino-americanas que coordena ações, impulsiona o apoio às lutas locais e a alternativas social e ambientalmente adequadas às diversas realidades, e realiza intercâmbios horizontais entre países.

Muitas outras iniciativas seguem essa trilha, como a experiência das famílias quilombolas do Espírito Santo, Brasil, que, em meio do eucaliptal, encontram caminhos para sobreviverem e lutarem pela reconquista de seus recursos naturais e patrimônio genético. As comunidades reelaboram práticas tradicionais e adaptam técnicas de manejo, abrem canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas inter-comunitárias de sementes e práticas agrícolas.

A procura de outra trilha de produção, comercialização e consumo que nos afaste do atual processo de extermínio tornou-se um imperativo, e as comunidades em resistência são os agentes de mudança que podem conduzir-nos até lá, criando soberania local, construindo soberania alimentar. É preciso continuar trabalhando para conseguir a necessária mudança de rumo.

(1) Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais 2005, 15 Resultados- Chaves, <http://www.fao.org/forestry/foris/data/fra2005/kf/common/GlobalForestA4-SPsmall.pdf>

(2) World Resources Institute, indicadores sobre educação: http://earthtrends.wri.org/searchable_db/index.php?theme=4; indicadores sobre consumo de papel: http://earthtrends.wri.org/searchable_db/index.php?theme=9&variable_ID=573&action=select_countries

- (3) “Plantaciones de eucalyptus ponen en peligro al bosque nativo”, Comitê Nacional Em Prol da Defesa da Flora e Fauna (CODEFF), www.codeff.cl, divulgado por Ecoportal, <http://www.ecoportal.net/content/view/full/95039>, e Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/30725>
- (4) “Palma africana: un proyecto mundial socialmente y ecológicamente destructor”, François Houtart, 2006, <http://colombia.indymedia.org/news/2006/06/45170.php>
- (5) “Agronegocios de palma y banano en el Bajo Atrato. Impactos ambientales y socioeconómicos”, pela Comissão Inter-ecclesial de Justiça e Paz, www.pasc.ca/IMG/doc/Palma_y_bio.doc
- (6) “En Medio del Engaño: El Magdalena Medio y el Banco Mundial”, Gearóid Ó Loingsigh, 2010, http://www.redcolombia.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1070&Itemid=36
- (7) “El agronegocio de la Palma Aceitera en Colombia. ¿Desarrollo para las poblaciones locales o una crónica para el desastre?”, Grupo Semillas, 2008, Revista Semillas N° 34/35, <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=w-1-&x=20155558>
- (8) Documento das organizações participantes da mesa- redonda de dendê sustentável. Oficina de discussão sobre princípios e critérios; Cali, Colômbia. Setembro 18 e 19 de 2007; Revista Semillas N° 34/35, <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=e-b-20155545-20155545&x=20155568>
- (9) “Declaración de las mujeres sobre los impactos de la expansión de los monocultivos de árboles exóticos sobre la pradera” em ocasião do Congresso Florestal Mundial, Buenos Aires, Argentina, outubro de 2009.
- (10) “El agronegocio de la Palma Aceitera en Colombia. ¿Desarrollo para las poblaciones locales o una crónica para el desastre?”, Grupo Semillas, 2008, Revista Semillas N° 34/35, <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=w-1-&x=20155558>
- (11) “Peru hails Western carbon offsetting programmes”, BBC, 28 de março de 2010, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8586617.stm>

[início](#)

O SAQUEIO DA ÁFRICA CONTINUA: PLANTAÇÕES DE MONOCULTURAS DE ÁRVORES

A história dos últimos 500 anos no continente africano é uma história do saqueio de seus recursos e a exploração violenta de seus povos pelas potências estrangeiras (particularmente europeias) que acumularam riquezas a expensas do sofrimento (e morte) de milhões de africanos e da destruição de seus recursos.

As riquezas descobertas pelos primeiros navegantes europeus que chegaram às costas da África incitaram às diferentes potências europeias da época (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica) a invadir o continente e subjugar

seus povos através da força armada, eventualmente perpetrando o roubo último de alegar o direito de propriedade sobre essas terras e até sobre os povos que viviam lá, que foram comercializados como escravos.

As fronteiras atuais da maioria dos países da África são o resultado das lutas entre essas potências européias e não têm nada a fazer com os territórios das culturas nativas que originalmente povoavam o continente, que foram despedaçadas e agrupadas de acordo com os interesses e possibilidades das potências coloniais. As próprias colônias dos invasores alemães foram engolidas pelas potências que as derrotaram nas duas grandes guerras desencadeadas para dividir o controle do mundo.

Entre as muitas formas que os invasores acharam para apropriar-se dos recursos do continente, uma das mais típicas foi o estabelecimento de grandes plantações (de cana-de-açúcar, cacau, amendoim, tabaco, dendezeiros e seringueiras) inicialmente baseadas em trabalho escravo e depois em semi-escravidão.

As plantações de monoculturas de árvores em grande escala são simplesmente a continuação do modelo de plantação que foi estabelecido durante a colonização, continuado através do neocolonialismo pós-independência, e está expandindo-se mais hoje em decorrência da globalização.

As plantações de monoculturas de árvores não acontecem por acaso

A enorme diversidade geográfica da África, as diferentes situações pós-coloniais em diferentes países, a Guerra Fria, guerras civis, regimes repressivos ou democráticos e os interesses das potências estrangeiras têm sido todos fatores determinantes no estabelecimento de diferentes tipos de plantações em diferentes países. Para ilustrar, poderíamos mencionar:

- Fatores geográficos facilitaram ou obstaculizaram o desenvolvimento de determinadas espécies em determinados ambientes, dependendo de se as condições do solo, a quantidade de luz do sol, a variedade de temperaturas e a disponibilidade de água eram apropriadas ou não para a espécie em questão.
- Em alguns casos, a situação pós-colonial levou à quebra de todos os vínculos com a potência colonial anterior, enquanto que em outros casos, a situação permaneceu quase sem mudanças. Esse é um fator com importantes implicações em termos da presença ou ausência de companhias estrangeiras e mercados vinculados a diferentes plantações.
- A chamada Guerra Fria resultou em alguns casos na quebra de vínculos com as antigas potências coloniais e o estabelecimento de regimes que forjaram novos vínculos com a antiga União Soviética, a China e/ou Cuba, o que também implicou mudanças nos modelos de produção em linha com esses novos mercados.
- As guerras civis (às vezes vinculadas com as lutas entre as principais potências mundiais) serviram como um desalento ao investimento de longo prazo.
- Os regimes repressivos facilitaram (através da repressão) a apropriação das terras das comunidades locais para seu uso posterior como plantações, enquanto que

regimes mais abertos deixaram espaço para resistência a essa nova forma de saqueio.

- As diferentes necessidades de matérias-primas das grandes potências, vinculadas aos diferentes países determinaram seu apoio para o estabelecimento de determinados tipos de plantações, em vez de outros.

Uma função igualmente importante na expansão de determinados tipos de plantações em determinados países têm sido cumprida por instituições como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, que têm usado empréstimos e a imposição de medidas de política econômica para promover a privatização de empresas do estado e um modelo de plantações em grande escala orientado às exportações.

Em todos os casos, a FAO tem tido uma função principal através da imposição da chamada “Revolução Verde” -um sério nome impróprio- que endossava as monoculturas e o pacote que as acompanha de agroquímicos tóxicos como a única alternativa para o desenvolvimento dos setores agrícola e florestal. As plantações de monoculturas de árvores fazem parte integral desse modelo, e a FAO também tem tido uma função essencial em sua promoção, definindo-as (o de fato, disfarçando-as) como “florestas”.

Também deveríamos enfatizar a função das agências de “cooperação bilateral” (particularmente da Europa e dos Estados Unidos da América) na promoção de determinados tipos de plantações em diferentes países no continente.

A combinação de todos esses fatores (ambientais, políticos, ideológicos e econômicos) deram origem ao atual mapa de monoculturas na África, entre as quais nos focalizaremos exclusivamente nas plantações de eucaliptos, pinus, dendezeiros e seringueiras).

Plantações de eucaliptos e pinus na África

As plantações de eucaliptos e pinus em grande escala estão concentradas no sul da África e particularmente na África do Sul, Suazilândia e Zimbabué, mas também estão expandindo-se em Moçambique. Há áreas menores em Angola, Zâmbia, Maláui e Tanzânia, bem como uma grande plantação de eucaliptos clonais estabelecida na República do Congo pela Shell Petroleum na década de 90 que é agora propriedade da companhia canadense MagForestry.

Na África do Sul, as maiores áreas estão nas províncias de Mpumalanga, KwaZulu-Natal e Eastern Cape, cobrindo 1,5 milhões de hectares de terras. Além disso, estima-se que 1,6 milhões de hectares têm sido invadidos por espécies de plantaçoão como acácias, eucaliptos e pinus.

Apesar de que a área plantada na Suazilândia é bem menor (100.000 hectares), ocupa uma grande percentagem da área de terras do país (9%), o que está agravado pelo fato de que essas plantações ocupam as melhores terras agrícolas. No caso de Moçambique, as principais plantações ainda estão no estágio inicial, mas há planos para estabelecer grandes áreas para obtenção de troncos para

pasta, troncos para serrar e de plantações para agrocombustíveis.

A indústria na região está dominada por duas grandes companhias de pasta e papel da África do Sul: a Mondi e a Sappi, com plantações e fábricas de pasta na África do Sul e na Suazilândia, bem como operações de fabricação de papel no mundo inteiro. As espécies de plantaçoão têm mudado crescentemente, de acácia principalmente (plantada para a extração de tanino e lascas de madeira) e pinus (para madeira serrada), para eucaliptos para a produção de pasta para produtos de papel e celulose.

É interessante apontar que, apesar de seus dramáticos impactos sociais e ambientais, a vasta maioria dessas plantaçoões de monoculturas (na África do Sul e na Suazilândia) têm sido certificadas como “ambientalmente apropriadas e socialmente benéficas” pelo FSC.

Dendezeiros: de árvores naturais e uso tradicional até monoculturas para biodiesel

Há uma longa tradição no uso do dendezeiro na África Central e Ocidental, uma região onde cresce naturalmente. Até agora, uma grande parte do óleo de dendê usado pelas comunidades locais provém da colheita de frutas de dendezeiros naturais e seu processamento se baseia em técnicas tradicionais manuais. O mesmo é aplicável ao sabão e o vinho de palma. É comum que as mulheres tenham uma função central seja no processamento e/ou comércio de óleo de dendê, enquanto a colheita é realizada pelos homens em todos os casos.

Tanto durante o período colonial quanto depois da independência, estabeleceram-se grandes plantaçoões e plantas industriais relacionadas em muitos países. Enquanto que na época colonial estavam principalmente destinadas à exportação do dendê e do óleo de dendê, depois se orientaram para o fornecimento de óleo de dendê e sabão para o mercado interno.

O recente surto dos agrocombustíveis baseados no óleo de dendê tem resultado em um forte incentivo para o investimento estrangeiro em mais de uma dúzia de países, com o fim de produzir grandes quantidades de óleo para sua conversão em biodiesel. O que segue é um breve resumo dos principais projetos de investimento identificados em um estudo recentemente levado a cabo pelo WRM, que evidenciam um amplo processo de apropriação de enormes áreas de terra por corporações estrangeiras, com o fim central de produzir agrocombustíveis para o consumo do Norte.

Angola

- O Grupo Atlântica (Portugal), através de sua subsidiária, a AfriAgro, assegurou-se o acesso a aproximadamente 5.000 hectares de terra (com a possibilidade de ter acesso a um total de 20.000) para a produção de biodiesel.
- A companhia italiana ENI (em aliança com a Petrobras do Brasil) tem atingido um acordo com o governo, para que o último promova as plantaçoões de dendezeiros para fornecer à ENI matéria-prima para a produção de biodiesel.

Camarões

- O grupo francês Bolloré é o principal ator no setor do dendzeiro neste país, produzindo 80% da produção nacional de óleo de dendê e possuindo aproximadamente 40.000 hectares de plantações através de suas companhias SOCAPALM, SAFACAM e Ferme Suisse. A companhia também possui plantas industriais e tem declarado recentemente seu interesse na produção de biodiesel.

Congo, R.

- A companhia espanhola Aurantia anunciou sua intenção de investir em plantações de dendzeiros para a produção de biodiesel.
- A companhia de energia italiana ENI conseguiu acesso a aproximadamente 70.000 hectares de terra para a plantação de dendzeiros.
- A também italiana companhia de energia Fri-El Green assinou um acordo para a plantação de dendzeiros em 40.000 hectares.

Congo, R.D.

- A GAP (Groupe agro-pastoral), uma companhia de propriedade do Grupo Blattner, possui 10.000 hectares de plantações.
- A companhia canadense TriNorth Capital anunciou que sua subsidiária Feronia tinha comprado a **“Plantations et Huileries du Congo” da Unilever. Dentro dos 100.000 hectares de terra que possui, plantaria aproximadamente 70.000 com dendzeiros.**
- A ZTE Agribusiness Company Ltd, uma companhia chinesa anunciou sua intenção de estabelecer plantações de dendzeiros em 1 milhão de hectares de terra.

Costa do Marfim

- A PALMCI, uma companhia de propriedade conjunta do grupo francês SIFCA e das companhias baseadas em Cingapura, a Wilmar International e a Olam International, possui 35.000 hectares de plantações industriais.
- A companhia belga SIPEF-CI comprou 12.700 hectares de plantações industriais.
- A PALMAFRIQUE, propriedade do holding financeiro “Groupe L'Aiglon” possui 7.500 hectares de plantações.

Gabão

- A Agrogabon, antiga propriedade do estado, foi privatizada e é agora controlada pela companhia belga SIAT. Possui 6.500 hectares de plantações.
- A Olam International, baseada em Cingapura, plantaria aproximadamente 140.000 hectares com dendzeiros. No quadro do mesmo projeto, 60.000 hectares adicionais seriam plantados por 3.000 empresários locais.

Gâmbia

- Até agora somente uma companhia (a espanhola Mercatalonia) tem apresentado um projeto de plantação de dendzeiros ao governo e não está claro ainda se será implementado.

Gana

- A companhia belga SITA é agora a principal acionista da Ghana Oil Palm Development Co., privatizada em 1995.
- A Unilever é a principal acionista da Oil Palm Plantation Limited, uma das principais produtoras de óleo de dendê em Gana.
- A Wilmar International (Cingapura) tem recentemente virado a proprietária da Benso Oil Palm Plantation Limited
- A Norwegian Palm Ghana Limited (NORPALM), comprou em 2000 as plantações da National Oil Palm Limited.

Libéria

- Em 2009, a companhia malásia Sime Darby assinou um contrato de concessão referido a 220.000 hectares de terra por 63 anos. Aproximadamente 180.000 hectares seriam plantados com dendezeiros.
- A Equatorial Palm Oil Company baseada no Reino Unido possui 169.000 hectares de terra, dos quais aproximadamente 10.000 já têm sido plantados com dendezeiros.
- A companhia indonésia Golden Agri-Veroleum está finalizando uma negociação com o governo para o estabelecimento de 240.000 hectares de plantações de dendezeiros.

Madagascar

Depois de um enorme escândalo envolvendo um projeto que teria implicado uma concessão de mais de 1 milhão de hectares de terra para a companhia da Coreia do Sul Daewoo (dos quais 300.000 teriam sido alocados para plantações de dendezeiros), o projeto parece ter sido abandonado. No entanto, há dois outros projetos na bica:

- A companhia de energia dos EUA Sithe Global teria acesso a 60.000 hectares para a produção de biodiesel de plantações de dendezeiros.
- A Cultures du Cap Est, companhia financiada por um grupo indiano teria acesso a 9.100 hectares para a plantação de dendezeiros.

Nigéria

- A companhia belga SIAT, através de sua subsidiária Presco tem aproximadamente 10.000 hectares de plantações com o fim estabelecido de fornecer óleo de dendê para o mercado interno.
- A companhia italiana Fri-El Green Power possui uma concessão de 11.300 hectares, com a opção de entendê-la para 100.000.

São Tomé e Príncipe

- A companhia belga/francesa Socfinco (parte do grupo francês Bolloré), através de sua subsidiária Agripalma possui uma concessão de 5.000 hectares para a plantação de dendezeiros. O objetivo é a produção de óleo de dendê para seu posterior processamento em biodiesel na Bélgica.

Serra Leoa

- A Sierra Leone Agriculture baseada no Reino Unido possui uma concessão de 41.000 hectares, 30.000 dos quais seriam plantados com dendezeiros.
- O grupo português Quifel tem assinado acordos com comunidades locais para a plantação de dendezeiros, cana-de-açúcar e arroz. Um total de 40.000 hectares seriam dedicados à produção de agrocombustíveis para exportação.
- A companhia do Reino Unido Gold Tree planeja processar dendês tanto de suas plantações quanto daquelas das comunidades locais para a produção de biodiesel. O projeto envolveria aproximadamente 40.000 hectares de terra.

Tanzânia

- A companhia belga FELISA tem um projeto que envolve 10.000 hectares de plantações, a metade dos quais é de sua propriedade e o resto a ser estabelecido por pequenos granjeiros locais.
- A African Green Oil Limited tem um projeto de plantação de 20.000 hectares para a produção de óleo de dendê.
- A Tanzania Biodiesel Plant Ltd. tem 16.000 hectares para ser plantados com dendezeiros.
- A InfEnergy Co. Ltd tem 5.800 hectares
- A companhia malásia TM Plantations Ltd, planeja estabelecer plantações em Kigoma.
- A Sithe Global Power (USA), planeja estabelecer 50.000 hectares de plantações e refinar o óleo no país.
- A InfEnergy (UK), tem 10.000 hectares para plantar dendezeiros.
- Um grupo malásio ainda não identificado está planejando plantar 40.000 hectares com dendezeiros.

Uganda

- A Oil Palm Uganda Limited, propriedade da companhia cingapuriana Wilmar em associação com a BIDCO, possui uma concessão de 10.000 hectares, mas o governo tem ajustado obter 30.000 hectares mais na terra principal, com 20.000 hectares de propriedade núcleo e 10.000 para os cultivadores externos e pequenos granjeiros.

Plantações de seringueiras: uma outra monocultura que se apossa de terras

No caso das plantações de seringueiras, a África produz aproximadamente 5% da produção de borracha natural global, sendo os principais países produtores Nigéria (300.000 hectares), Libéria (100.000) e Costa do Marfim (70.000). Atualmente, novos projetos de plantação de seringueiras estão sendo apresentados e promovidos em muitos outros países africanos.

Um ator principal na África parece ser a corporação francesa Michelin, com plantações de seringueiras na Nigéria, Costa do Marfim, Gana e Benin. O Grupo cingapuriano Golden Millennium possui 18.000 hectares de plantações no Camarões. No caso da corporação Bridgestone/Firestone, suas plantações parecem estabelecidas somente na Libéria.

As plantações da Bridgestone/Firestone na Libéria servem para ilustrar as condições de trabalho nas plantações de seringueiras na África. Seguem citações baseadas em um relatório redigido em 2008 pela ONG liberiana SAMFU.

“Os seringueiros trabalham aproximadamente 12 horas ao dia sem equipamento de segurança (luvas, óculos, botas de chuva, impermeável e outros acessórios de segurança) a menos que os comprem os próprios seringueiros. Eles devem transportar todo o látex que produzem sobre seus ombros descobertos em um pau com dois baldes que pesam 70 lbs [31,7 kg] cada um.

Esse meio primitivo de transportar látex não tem mudado desde 1926. Com 140 lbs [63,4 kgs] balanceando-se em seus ombros, os trabalhadores caminham até os postos de pesagem que podem estar a até três milhas [4.8 kms] do arvoredo de seringueiras. A Firestone não fornece meios alternativos de transporte. Com este trabalho extenuante, os seringueiros arriscam lesões e o desenvolvimento de deformidades durante o tempo em que estão empregados.

Um seringueiro acorda às 4 horas da manhã para preparar-se para extrair látex talvez de 750 árvores diariamente em um dia de trabalho normal. No entanto, somente a metade da taxa diária de USD 3,38 é paga se um seringueiro não puder completar a cota diária completa. Enfrentados com essas cotas onerosas, os seringueiros somente podem permitir que membros de suas famílias os assistam para completar sua cota ou empregar um ajudante.

Os seringueiros trabalham todos os dias do ano, incluindo feriados, com exceção do Natal, produzindo altos volumes de látex. A produção mensal de um seringueiro médio pode avaliar-se em USD 2.296,80 na Libéria e USD 3.915,00 aos preços do mercado mundial, enquanto o seringueiro recebe USD 125. É possível que do salário mensal de USD 125 ele deva pagar um ou dois ajudantes.

‘Estas pessoas nos tratam como escravos porque não temos ninguém que fale por nós e não temos outros lugares para achar um novo trabalho. A gente produz mais de 5 toneladas de látex para a companhia ao mês e eles nem pagam o preço de uma tonelada’, disse amargamente um seringueiro.

Além da produção de látex, exige-se aos seringueiros que apliquem químicos (tanto fungicidas quanto estimulantes) nas árvores para proteção e para aumentar a produção. Além disso, exige-se que limpem de vegetação rasteira na área das árvores das que extraem o látex. Esta tarefa implica que muitos dos seringueiros devem contratar ajudantes para completar o trabalho. Em caso que a família do seringueiro seja grande e não tenha condições de deduzir sua provisão de arroz ou salário para um ajudante, a mulher deve abandonar suas crianças para assistir seu marido para completar sua cota”.

No final de abril de 2007, os trabalhadores realizaram uma greve. Durante a greve em 27 de abril de 2007, a polícia atuou brutalmente contra trabalhadores em greve com cacetes e paus, e perseguiu trabalhadores inofensivos até a cidade de Harbel, onde está localizada a planta de processamento de borracha da Firestone, entraram pela força às casas e bateram muitas pessoas inocentes, o que resultou em dúzias de lesões. Duas dúzias de trabalhadores foram tão feridos que não puderam

trabalhar enquanto eram tratados. Depois disso, um dos trabalhadores faleceu por causa das feridas sofridas durante o ataque. Além disso, gás lacrimogêneo foi lançado nas comunidades populosas de Harbel sem consideração pelas crianças, mulheres e anciões. Parece que muitos trabalhadores inocentes foram não apenas prendidos desnecessariamente mas detidos irrazoavelmente.”

A apropriação de terras como sumidouros de carbono

O estabelecimento de plantações de árvores para atuar como os denominados “Sumidouros de carbono” está sendo promovido em vários países africanos, entre os quais os preferidos parecem ser Quênia, Uganda e Tanzânia. Os projetos se baseiam na venda de “créditos do carbono” (baseados no carbono supostamente armazenado pelas árvores em crescimento plantadas) aos poluidores (companhias o governos), que podem alegar que através da compra desses créditos eles têm “reduzido” ou até “neutralizado” suas emissões de carbono.

Um desses casos é o da Carbon Neutral Company, baseada no Reino Unido, que tem estabelecido plantações nas terras altas no Sul da Tanzânia. Com esse fim, a companhia tem ocupado mais de 10.000 hectares de terras, onde tem plantado espécies exóticas de eucaliptos e pinus.

Um outro caso é o da companhia norueguesa Green Resources, que opera em Moçambique, Sudão, Tanzânia e Uganda. A companhia recebeu fortes críticas da ONG norueguesa Norwatch em 2000. A companhia já tem plantado 14.000 hectares principalmente de árvores de pinus e eucaliptos. De acordo com sua página na web, “a companhia possui mais de 200.000 hectares de terras para futura plantação e conservação”.

Um dos casos que tem recebido maior cobertura -por causa de seus sérios impactos sociais- tem sido o da FACE Foudation holandesa, que em 1994 assinou um acordo com as autoridades ugandenses para plantar árvores em 25.000 hectares dentro do Parque Nacional de Mount Elgon em Uganda. A FACE Foundation trabalha com a Uganda Wildlife Authority (UWA) (Autoridade de Vida Silvestre de Uganda), a agência responsável pelo manejo dos parques nacionais de Uganda. O projeto UWA-FACE envolve a plantação de uma faixa de dois a três quilômetros de largo justamente dentro do perímetro de 211 quilômetros do Parque Nacional.

No entanto, o projeto escolheu ignorar os direitos e necessidades dos povos locais que vivem na área. Em decorrência disso, e para manter os aldeões fora do parque nacional, os guardas do parque da UWA têm mantido um regime brutal em Mount Elgon. Em 1993 e 2002, aldeões foram violentamente despejados do parque nacional. Desde os despejos, os guardas da UWA os espancaram, torturaram, humilharam, atiraram para eles, os ameaçaram e desenterraram seus cultivos.

Em resumo, as plantações como sumidouros de carbono constituem uma outra forma de monocultura que resulta na apropriação de vastas áreas de terra, na violação dos direitos territoriais dos povos locais e a privação de seus meios de vida.

A necessidade de apoiar a resistência local

Com poucas exceções, o assunto das monoculturas de árvores na África tem recebido pouca atenção, tanto dentro dos países atingidos por elas quanto em nível regional e internacional. Em decorrência disso, as lutas locais não têm sido visibilizadas e têm recebido pouco apoio ou nenhum apoio. Os casos de resistência na África do Sul contra plantações de eucaliptos e pinus, em Camarões contra as plantações de dendezeiros, em Uganda contra as plantações como sumidouros de carbono e na Libéria contra as plantações de seringueiras são algumas das exceções que têm conseguido atingir atenção internacional.

No entanto, tão logo alguma pesquisa é levada a cabo sobre o assunto, numerosos casos de resistência às plantações começam a desatar-se, todos decorrentes dos severos impactos sociais e ambientais das plantações. A resistência pode em alguns casos ser de fato impossível em virtude de situações de violações amplas e sérias aos direitos humanos. No entanto, a resistência invisível vira visível uma vez que as condições mudam e fazem com que isso seja possível. Um caso em Togo serve para ilustrar isso. Depois de décadas de ter perdido suas terras para as plantações de dendezeiros, as comunidades atingidas exigiram a devolução de suas terras. Não conformes com a resposta do governo, decidiram cortar e incendiar as plantações. Em decorrência disso, a companhia perdeu quase 2000 hectares de plantações.

Dentro do atual quadro de projetos que implicam a apropriação de vastas áreas de terra para a produção de qualquer coisa que não seja alimentos (agrocombustíveis, pasta, borracha, madeira, carbono), os movimentos de resistência parecem ser quase inevitáveis e alguns deles irão confrontar-se com situações extremamente perigosas. Nessas circunstâncias, o apoio externo e a visibilização dessas lutas será um assunto de vida ou morte para as comunidades envolvidas.

1 - Ver o relatório completo em

http://www.samfu.org/do%20files/The%20Heavy%20Load_2008.pdf

2 - <http://www.carbonneutral.com/project-portfolio/uchindile-mapanda-reforestation/>

3 - ("Carbon Upsets. Norwegian "Carbon Plantations" in Tanzania" por Jom Stave, NorWatch)

4 - <http://www.greenresources.no/>

5 - Ver o relatório completo em

http://www.wrm.org.uy/countries/Uganda/Place_Store_Carbon.pdf

[início](#)

“A característica crucial das monoculturas é que elas não simplesmente deslocam alternativas, elas destroem sua própria base. Não toleram outros sistemas nem são capazes de reproduzir-se sustentavelmente.” Isso foi escrito por Vandana Shiva em seu clássico ensaio de 1993 “Monocultures of the Mind.” (Monoculturas da Mente)

As monoculturas existem para aumentar a produtividade de um produto, seja esse produto borracha, lascas de madeira, madeira, óleo de dendê, mandioca ou açúcar. Mas enquanto a produtividade aumenta desde a perspectiva comercial, a produtividade diminui desde a perspectiva das comunidades locais.

Lascas de madeira, pasta e monoculturas

Shiva escreveu sobre a erosão do conhecimento florestal local pelo florestamento “científico” e a substituição da biodiversidade pelas monoculturas. As monoculturas de árvores de eucaliptos são a expressão última do florestamento científico. Fileiras uniformes de árvores quase idênticas, com taxas de crescimento previsíveis e matéria-prima para a indústria da pasta, da biomassa ou da madeira como único produto.

No entanto, como aponta Shiva, “As pessoas de todos os lugares têm resistido a expansão do eucalipto por causa de sua destruição da água, do solo e dos sistemas alimentares.” Ela dá o exemplo de um programa de florestamento social financiado pelo Banco Mundial no estado de Kamataka na Índia. Em agosto de 1983, o Raitha Sangha, o movimento dos granjeiros, marchou até o viveiro florestal e desenterrou milhões de mudas de eucaliptos. Eles plantaram sementes de tamarindos e mangueiras em seu lugar.

Essa resistência ao espalhamento das monoculturas mudou o florestamento científico totalmente, que tinha reduzido todas as espécies a uma (eucaliptos). Os aldeões reafirmaram suas necessidades por cima da necessidade de fornecer matéria-prima para a indústria do papel. Também reafirmaram seu conhecimento sobre aquele dos expertos florestais do Banco Mundial e do governo.

Na Tailândia também começaram protestos similares na década de 80. Em uma série de passeatas, os aldeões têm desenterrado eucaliptos jovens, queimado viveiros, marchado, escrito cartas, participado em passeatas, agrupado árvores de florestas para evitar que sejam cortadas para deixar o caminho livre para as plantações, cortado árvores de eucaliptos e restabelecido florestas comunitárias.

Essa resistência às vezes têm sido enfrentada com brutalidade. Os granjeiros em Kamataka foram arrestados. Na Tailândia, mais de uma dúzia de ativistas têm sido assassinados na última década. Às vezes a violência começa inclusive antes de que os aldeões protestem. Em finais da década de 80, uma companhia chamada Arara Abadi, parte da gigante da pasta da Indonésia, a Asia Pulp and Paper (APP), começou a adquirir terras perto da aldeia de Mandiangin em Sumatra. A companhia simplesmente apossou-se de terras dos indígenas Sakai e Malay sem compensação. Policiais e militares armados participaram em reuniões entre a companhia e os aldeões. Um relatório de 2003 de Human Rights Watch documenta a intimidação e a violência contra as pessoas que vivem na área das plantações da APP. Um aldeão disse para Human Rights Watch, “Às vezes sabemos de pessoas prendidas ou simplesmente desaparecidas. Portanto, quando vieram com suas

armas, simplesmente ficamos calados.” A companhia impôs uma monocultura de opinião, bem como monoculturas de árvores de rápido crescimento.

Têm havido várias informações a respeito de que a APP está planejando expandir suas operações para o Camboja e o Vietnã. Em 2004, a APP mostrou seu nada atraente rosto no Camboja, sob a forma de uma companhia chamada Green Elite. A companhia planejava uma plantação de acácias de 18.300 hectares dentro do Parque Nacional Botum Sokor. A Green Elite foi expulsa do país, mas somente depois de ter cortado várias centenas de hectares de floresta de melaleuca e de ter começado a construir uma fábrica de lascas de madeira.

Em 2007, a Green Elite recebeu autorização para estabelecer 70.000 hectares de plantações de árvores de rápido crescimento na província de Nghe An no Vietnã. A plantação está sendo levada a cabo por uma subsidiária da Green Elite chamada InnovGreen Nghe An. As plantações estão avançando e a InnovGreen planeja estabelecer um total de 349.00 hectares de plantações de árvores industriais em seis províncias no Vietnã.

A força destruidora da borracha

Uma companhia chamada Golden One Company, que conforme divulgado tem vínculos com a APP, visa a estabelecer plantações de árvores industriais no Laos. A companhia tem mapeado uma área de aproximadamente 12.000 hectares no distrito de Samuoi, província de Salavan, apesar de que a situação exata da concessão de plantações é desconhecida.

Nos últimos anos, grandes áreas de terra têm sido convertidas para monoculturas de seringueiras na China, Laos, Tailândia, Vietnã, Camboja e Birmânia. De acordo com um artigo de 2009 da revista *Science*, grande parte da expansão na China foi incentivada como uma alternativa ao cultivo migratório. Os governos às vezes consideram essa prática agrícola como “um sistema destruidor que leva à perda e à degradação das florestas,” e têm incentivado ativamente a substituição do cultivo rotacional com plantações. Ironicamente, isso é às vezes levado a cabo em nome do “reflorestamento”, apesar de que além da presença de árvores, as monoculturas decorrentes têm pouco em comum com as florestas.

Os autores do artigo na revista *Science*, Alan Ziegler da Universidade Nacional de Cingapura e seus colegas estimam que 500.000 hectares de floresta de montanha nos cinco países têm sido convertidos para plantações de seringueiras.

Os autores estabelecem que as monoculturas de seringueiras decorrentes poderiam ter sérios impactos ambientais, incluindo perda de biodiversidade, redução de estoques de carbono, poluição e degradação das fontes de água locais. Ziegler está levando a cabo atualmente mais pesquisa com cientistas locais na Tailândia e no Camboja sobre o impacto das plantações de seringueiras sobre os fluxos de água e carbono.

Com o boom dos preços e da demanda de borracha, a área de monoculturas de seringueiras está expandindo-se. Em 2009, as exportações de borracha do Camboja aumentaram em 36 por cento. Companhias vietnamitas têm planos para

plantar 200.000 hectares de plantações de seringueiras na Birmânia.

Cultivo de alimentos em monoculturas

Entre 2006 e 2008, os preços mundiais dos alimentos aumentaram. Houve várias razões. O crescente preço do petróleo foi uma delas. Uma outra foi a demanda de cultivos alimentares como biocombustíveis. Uma outra foi que os especuladores financeiros em Goldman Sachs e outros bancos afastaram-se dos duvidosos derivativos dos créditos hipotecários e injetaram o dinheiro em derivados alimentares, fazendo com que aumentasse o preço dos alimentos.

Mas há outra razão para os aumentos no preço dos alimentos se encontra nos campos de arroz do Vietnã. O Vietnã é o terceiro maior exportador de arroz do mundo. Uma epidemia de doença e pestes atingiram o cultivo de arroz no Vietnã, reduzindo o fornecimento de arroz mundial.

Mais uma vez, as monoculturas são o problema. Um cultivo menos intensivo é bem menos vulnerável às pestes e doenças que o cultivo de monoculturas. Vandana Shiva advertiu sobre os problemas das pestes em monoculturas em 1993: “Tendo destruído os mecanismos da natureza para controlar as pestes através da destruição da diversidade, as sementes do ‘milagre’ da Revolução Verde viraram mecanismos para alimentar novas pestes e criar novas doenças.”

Monoculturas “sustentáveis”?

Grande parte da resposta às monoculturas do movimento ambiental tem sido exigir algo chamado “sustentabilidade”. Por exemplo, mais cedo neste ano, o WWF estabeleceu um “New Generation Plantations Project” (Projeto de Plantações de Nova Geração), através do que trabalhará com companhias de pasta e papel para promover monoculturas que sejam “bem manejadas e localizadas apropriadamente” e que “possam contribuir positivamente com o desenvolvimento sustentável.” O WWF ajudará a uma das companhias envolvidas, a Stora Enso, a expandir suas controversas plantações na China em 160.000 hectares. As atuais plantações da Stora Enso na China têm resultado em uma série de disputas sobre a terra e violência contra um advogado que representa aos granjeiros locais.

Esta estranha palavra, “sustentabilidade” têm devorado uma grande parte do movimento ambiental, engolindo ativistas e cuspiendo enfunados que vagueiam de uma festa empresarial para a próxima.

Temos o World Business Council for Sustainable Development (Conselho Empresarial Global para Desenvolvimento Sustentável) cujo presidente trabalha para a Shell e que inclui entre suas companhias membros paráguas de virtude ambiental como a Sappi, a Mondi, a Stora Enso, a Weyerhaeuser, a MeadWestvaco, a Veracel e a Fibria (como é chamada a Aracruz Celulose nestes dias). O WBCSD tem um projeto de “Indústria de Produtos Florestais Sustentáveis”, cuja “força impulsora” “é achar formas para manejar sustentavelmente as florestas para satisfazer as necessidades de seis bilhões de pessoas atualmente -nove bilhões para 2050– de produtos de madeira e papel, energia neutra renovável de estufa, serviços de ecossistemas e meios de vida saudáveis.” Aqui vemos que

desenvolvimento sustentável significa: mais produção das florestas do mundo (e portanto mais destruição delas). E mais plantações de árvores industriais.

O mito do dendezeiro “sustentável”

Depois temos a Roundtable on Sustainable Palm Oil (Mesa Redonda para Óleo de Dendê Sustentável), que foi estabelecida pelo WWF e várias companhias de produção de óleo de dendê. Um vídeo promocional no [site](#) da RSPO pergunta, “Que práticas de sustentabilidade está incentivando a RSPO?” As respostas são reveladoras. A plantação de variedades de alto rendimento do cultivo. O uso de búfalos para transportar cachos de fruta colhidos, “reduzindo o uso de energia de combustíveis fósseis.” Manejo dos resíduos na etapa de fabricação. O controle integrado de pragas. O cultivo de leguminosas para acrescentar nitrogênio ao solo. Zero replantação de queima. Um processo de extração eficiente energeticamente, incluindo a conversão de resíduos em biocombustível e biogás. A defesa da segurança no trabalho e o fornecimento de cuidado da saúde adequado. A promoção da proteção da biodiversidade. A sustentação das comunidades locais e a educação das crianças.

Estas são todas as coisas que a indústria do óleo de dendê deveria fazer de qualquer jeito. Mas a hipocrisia das últimas duas tira o fôlego. A indústria mais responsável pela destruição das florestas da Malásia e da Indonésia e dos meios de vida de milhares de povos locais e povos indígenas agora alega estar promovendo a proteção da biodiversidade e sustentando as comunidades locais. Seria bonito se fosse verdade, mas não é.

Voltamos ao vídeo. Enquanto a câmera percorre uma monocultura de dendezeiros, o apresentador nos diz calmamente que:

“Enquanto outras indústrias agrícolas procuram soluções verdes superficiais fica claro para muitos que o óleo de dendê sustentável poderia ser um esforço inovador e histórico que seja o farol da esperança e da inspiração.”

Várias ONGs (não a variedade de enfunados, apresso-me a esclarecer) têm trabalhado muito para garantir que o RSPO estabeleça altos padrões. Há um Protocolo de Certificação, um Código de Conduta e Princípios e Critérios que incluem direitos de povos indígenas e o direito ao consentimento livre, prévio e informado.

Mas os abusos continuam. Em junho de 2010, centenas de pequenos proprietários de dendezeiros [protestaram](#) em Riau, Sumatra, pela forma na que PT Tri Bakti Sarimas, um membro do RSPO tinha quebrado suas promessas de retornar a terra aos agricultores. Durante o protesto, um policial da Polícia Brigada Móvel atirou e matou uma mulher que protestava. Vários outros participantes da protesta foram feridos ou presos.

Talvez a maior falha do RSPO é que não aborda a expansão constante da indústria. A ONG SawitWatch tem estimado que a indústria planeja expandir suas plantações em um total de 26.7 milhões de hectares na Indonésia.

Há uma contradição inevitável ao descrever como “sustentável” qualquer produto que é cultivado em vastas monoculturas. Mas com os dendezeiros no sueste da Ásia não há outro jeito, como explica Marcus Colchester do Forest Peoples Programme em um relatório recente titulado “Palm oil and indigenous peoples in South East Asia” (O óleo de dendê e os povos indígenas no Sueste da Ásia):

“A produção máxima da menor parcela de terra favorece os dendezeiros regularmente espaçados plantados em monoculturas. Como o óleo nos cachos de fruta fresca pesados e maduros perde rapidamente sua qualidade, os produtores devem ser capazes de levar as frutas a uma fábrica onde o óleo possa ser extraído e estabilizado no prazo de 48 horas, isto é, que os granjeiros precisam acesso imediato a caminhos, o que em troca requer manutenção.”

Seja a plantação propriedade de uma companhia ou manejada como planos de pequenos proprietários, precisa-se de grandes áreas de monoculturas para manter a operação da fábrica de óleo de dendê -aproximadamente entre quatro e cinco mil hectares por fábrica, estima Colchester.

As vastas monoculturas têm destruído o habitat para elefantes, tigres, orangotangos e muitas outras espécies. Também têm levado a sérios abusos aos direitos humanos que têm sido documentados em uma série de relatórios de ONGs nos passados seis anos. “A aquisição de terras para grandes propriedades e planos de pequenos proprietários viola os direitos dos povos indígenas a sua propriedade” escreve Colchester. “Suas terras estão sendo-lhes apropriadas sem o devido pagamento e sem recurso.” O National Land Bureau (Departamento Nacional de Terras) indonésio diz que há aproximadamente 3.500 disputas de terra no país.

Carbono: A nova monocultura?

Em maio de 2010, os governos indonésio e norueguês assinaram uma Carta de Intenção para uma transação de USD 1 bilhão de desmatamento evitado. Como parte dessa transação, o governo indonésio anunciou uma moratória de dois anos sobre novas concessões em florestas ou pântanos de turfa. Há mensagens misturadas do governo indonésio sobre o que significa realmente a moratória. Alguns funcionários do governo dizem que se aplicará pelo menos a alguns dos 26,7 milhões de hectares nos que a indústria do óleo de dendê planeja expandir suas plantações. Agus Purnomo, chefe do National Climate Change Council (Conselho Nacional de Mudança Climática) da Indonésia disse para Reuters que pelo menos uma porção do dinheiro da Noruega continuará compensando as companhias de dendezeiros cujas concessões serão revogadas. “A revogação de licenças e o cancelamento de coisas envolve dinheiro” disse ele. Outros funcionários estabelecem que a moratória não se aplicará a concessões existentes. Se o último for verdadeiro, a moratória terá pouco ou nenhum impacto sobre o desmatamento na Indonésia, até pelos míseros dois anos nos que estiver em vigor.

As negociações internacionais sobre a redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas (REDD) poderia até acabar incentivando mais corte de florestas, secando pântanos e conversão para monoculturas na Indonésia. Em agosto de 2010, Reuters divulgou que Wandojo Siswanto, um assessor especial do ministro de florestamento disse que “Se houver acordo sobre

REDD poderíamos colocar plantações de dendezeiros a serem elegíveis para isso.” Ele acrescentou “eu acho que seria bom se nós apenas dissemos que as plantações de dendezeiros poderiam também mitigar a mudança climática através do seqüestro de carbono através da natureza das árvores.” Ele disse que as plantações existentes e propostas desenvolvidas em terra degradada poderiam ser elegíveis para créditos do carbono.

O problema, como o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e outros têm apontado uma e outra vez, deriva-se do fato de que as Nações Unidas não reconhecem que as plantações não são florestas. Atualmente, no bizarro mundo das negociações de mudança climática das Nações Unidas, a definição de florestas não diferencia entre florestas nativas e plantações de monoculturas industriais.

Mas ainda se REDD funcionar como se supõe que deveria, evitar o desmatamento mais do que incentivar a expansão de monoculturas, ainda há riscos. Com planos de REDD encerrando o carbono em florestas, uma nova forma de florestamento “científico” está emergindo, onde os expertos dizem às comunidades locais como manejar as florestas como depósitos de carbono. O conhecimento das comunidades locais da floresta e seu manejo da floresta devem ser adaptados à nova economia do carbono. As florestas poderiam virar monoculturas de carbono - existentes para produzir um produto: créditos do carbono para afiançar o fato de que o norte não reduz suas emissões de gás de efeito estufa. Como outras monoculturas, a produtividade (dos créditos do carbono) pode aumentar, mas a produtividade da perspectiva das comunidades locais poderia diminuir.

Logicamente, os povos indígenas e as comunidades locais não estão aceitando isso sem resistência. Muitos estão exigindo que seus direitos sejam totalmente incorporados em qualquer acordo internacional sobre REDD. Sua mensagem é clara: “Não há Direitos, Não há REDD.”

Em abril de 2009, mais de 400 indígenas se reuniram em Anchorage, Alaska para a Cúpula Global dos Povos Indígenas sobre Mudança Climática e emitiram a Declaração de Anchorage, rejeitando especificamente o comércio de carbono e as compensações florestais como falsas soluções à mudança climática. Sobre o REDD, a declaração estabelece que

“Todas as iniciativas sob Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas (REDD) devem garantir o reconhecimento e implementação dos direitos humanos dos Povos Indígenas, incluindo a segurança da posse da terra, propriedade, reconhecimento do título à terra de acordo com as formas tradicionais, usos e leis consuetudinárias e os múltiplos benefícios das florestas para o clima, os ecossistemas e os Povos antes de realizar qualquer ação.”

Outros se opõem ao REDD completamente. A Via Campesina, um movimento internacional de camponeses e granjeiros em pequena escala com aproximadamente 300 milhões de membros, estabelece que “A iniciativa REDD+ deveria ser rejeitada.” Os povos indígenas que se reuniram na Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra na Bolívia em abril de 2010 estabeleceu, “Nós condenamos os mecanismos do mercado

neoliberal, como o mecanismo de REDD (redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas) e suas versões REDD+ e REDD++, que estão violando a soberania de nossos povos e seu direito ao consentimento livre, prévio e informado e à autodeterminação.” Em agosto de 2010, o Fórum Social das Américas rejeitou o REDD:

“Denunciamos os governos dos países geopolíticos do norte que em vez de confrontar os sérios impactos da mudança climática, estão procurando evadir a responsabilidade e desenvolver novos mecanismos de mercado de carbono para obter mais lucros, como por exemplo ‘Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas’ (REDD), que promove a comercialização e a privatização das florestas e a perda de soberania sobre territórios. Rejeitamos esses acordos.”